política

Melo confirma que projeto do Dmae terá concessão parcial

Manutenção das casas de bombas ainda não teve atribuição definida

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz
sofiae@jcrs.com.br

CESAR LOPES/PMPA/JC

Prefeito Sebastião Melo reuniu vereadores da base para detalhar proposta

A prefeitura de Porto Alegre confirmou ontem que a concessão do Departamento de Água e Esgotos (Dmae) se dará de maneira parcial, dividindo as responsabilidades da autarquia entre o poder público e a iniciativa privada. Em reunião com os vereadores da base, o prefeito Sebastião Melo (MDB) apresentou o projeto que prevê que a captação e o tratamento de água seguirão sob responsabilidade do poder público, enquanto o tratamento de esgoto e a distribuição de água serão do controle privado.

Segundo o secretário-geral de Governo, André Coronel, ainda não foi decido a quem caberá o cuidado e a manutenção das casas de bombas, que atuam na prevenção de cheias na Capital.

No entanto, fontes que estiveram no encontro da base afirmaram que a tendência é de que o equipamento já construído siga sob responsabilidade do poder público.

De acordo com o líder do governo na Câmara, vereador Idenir Cecchim (MDB), o texto do projeto será curto, visto que ele possui caráter autorizativo, ou seja, apenas permite que a prefeitura dê início à busca de um parceiro privado. As especificidades da concessão e do processo de licitação serão definidas a partir de decretos da prefeitura e da construção de editais. A expectativa é de que o texto seja protocolado ainda neste mês.

No projeto do Executivo, ainda consta a realização de audiências públicas sobre o texto. "Nós queremos fazer uma ampla discussão no projeto", explicou Coronel. Fontes próximas à base ainda afirmaram que serão marcadas mais reuniões com os parlamentares governistas e com os servidores do Dmae.

No encontro, vereadores da base do governo demonstraram insatisfação em relação ao envio do projeto de concessão do Dmae ao Legislativo. O entendimento de vários parlamentares é de que não é necessário que o projeto seja apreciado na Câmara, visto que poderia entrar em vigor via decreto, como argumenta a bancada do partido Novo.

Na reunião, foi levantada a possibilidade de enviar um documento assinado por todos os parlamentares da base reiterando o desejo deles de que o prefeito inicie o processo de concessão por decreto. De acordo com fontes próximas à base governista, isso é uma maneira de proteger os parlamentares que "não querem que apareça o nome deles no painel de votação", pelo teor polêmico da proposta. Ainda que a base não tenha chegado a um acordo nesta questão, a liderança governista na casa afirmou que o projeto irá ao Legislativo e será votado.

Sobre divergências entre a base e o governo, o secretário afirma que dissonâncias são parte da política. "É normal em uma base que nem a nossa, que tem uma ampla participação de campos diferentes. É da riqueza da política haver posicionamentos diferentes, mas o ideal é convergir", pontuou.

Lula assina decreto que determina condições de adesão ao Propag

/ CONTAS PÚBLICAS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou ontem um decreto que determina as condições para os estados aderirem ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

A adesão ao programa é de interesse do governo do Rio Grande do Sul, tendo em vista que a dívida do Estado com a União já ultrapassa os R$ 100 bilhões. O Piratini, no entanto, observa com preocupação os vetos do presidente Lula, em janeiro, ao projeto aprovado no Congresso Nacional.

Diante disso, a gestão estadual encaminhou um ofício à Presidência da República com questionamentos sobre os vetos. O governo do Rio Grande do Sul teme que, a partir das negativas presidenciais, sejam derrubados os dispositivos que excepcionalizam a forma de pagamento da dívida pelo Estado, como a suspensão por 36 meses a partir das cheias de maio do ano passado. Assim, para aderir ao Propag, o Palácio Piratini busca garantir maior segurança jurídica.

Atualmente, o Rio Grande do Sul está inserido no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Há a avaliação do governo Eduardo Leite (PSDB) de que uma adesão ao Propag melhoraria a condição do Estado no pagamento da dívida, desde que haja segurança jurídica. O prazo para decidir se adere ou não é 31 de dezembro deste ano.

O Propag prevê descontos especiais nos juros para renegociação das dívidas dos estados com o governo federal e parcelamentos em até 30 anos. O programa ainda cria um fundo de equalização para compensar os entes federativos que estão com as contas em dia com a União.

Além disso, para os devedores, garante que parte dos juros fiquem no Rio Grande do Sul para investimentos especificados no projeto, como, por exemplo, na educação.

PP indica prefeita de Nonoai para presidir Famurs na próxima gestão

/ MUNICIPALISMO

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Partido que mais elegeu prefeitos no Rio Grande do Sul nas eleições do ano passado, coube ao PP indicar um gestor municipal para a presidência da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) no biênio 2025/2026. A escolhida em pleito interno da sigla, realizado na sexta-feira passada, foi a prefeita de Nonoai, Adriane Perin de Oliveira, que se consolida como a primeira mulher a assumir o cargo à frente da entidade e irá suceder o ex-prefeito de Barra do Rio Azul, Marcelo Arruda (PRD).

Adriane recebeu 60% dos votos e venceu as eleições disputada com os correligionários Marcos Corso, prefeito de Três de Maio, Schamberlaen Silvestre, prefeito de Cambará do Sul, e Volmir Rodrigues, prefeito de Sapucaia do Sul. Os votantes do pleito eram prefeitos e vices do PP em municípios gaúchos.

O vice-presidente da Famurs durante a gestão de Adriane será o prefeito de Saldanha Marinho, Volmar Telles, também do PP. As eleições que irão concretizar os indicados como titulares dos cargos está marcada para 22 de abril, e ainda não foi definida data para a posse.

Na data em que se concretizou a escolha da prefeita de Nonoai para presidir a Famurs, ela agradeceu os votos e destacou a defesa da pauta municipalista. Quero honrar cada voto e cada compromisso assumido, exatamente como cada um deseja fazer em sua cidade. Os desafios do municipalismo são grandes, mas vamos trabalhar com foco em resultados concretos para as nossas gestões. Esta é a nossa missão: melhorar a vida das pessoas e fortalecer as administrações locais", declarou Adriane.

O direito de indicação do PP da presidente da Famurs para este primeiro ano após as eleições municipais se dá justamente por ter sido a sigla que mais elegeu prefeitos no Estado em 2024, com 164 eleitos para executivos municipais.

Os próximos partidos a indicarem presidentes da entidade são, portanto, os outros três que mais elegeram quadros nas prefeituras gaúchas; são eles: MDB, PDT e PL.

Vereadora Nicole Weber foi 'mal interpretada', diz deputado

/ PODER LEGISLATIVO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

"A Nicole (Weber) foi mal interpretada obviamente porque ela é a única mulher na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul. Quando ela falou do 'presente', estava se referindo à comunidade até por ela ser representante da região." A declaração é do deputado federal gaúcho Covatti Filho (PP) ao avaliar que as pessoas distorceram o verdadeiro propósito da emenda de R$ 1,3 milhão destinada ao hospital Santa Cruz.

A presidente da Câmara de Santa Cruz do Sul, Nicole Weber (Podemos), anunciou em uma rede social que recebeu a emenda de R$ 1,3 milhão de "presente" do seu noivo, o deputado federal Covatti Filho, com quem se casa no próximo mês. O deputado federal do PP gaúcho disse que reafirma que de nenhuma maneira foi um "presente" para a sua noiva.

"Foi um presente para a comunidade de Santa Cruz do Sul. É R$ 1,3 milhão que vão fazer um bem gigante para Santa Cruz do Sul e para 26 municípios. Essa repercussão teve uma incompreensão da fala da Nicole totalmente descabida", comenta o parlamentar.

Os recursos serão destinados ao Hospital Santa Cruz para reformar a parte elétrica de uma ala da instituição de saúde, que tem 47 leitos destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vereadora, que preside a Câmara de Vereadores do município de mais de 133 mil habitantes, divulgou nas redes sociais, que viajou a Brasília com o objetivo de conseguir os recursos financeiros.

Em nota, a direção do Hospital Santa Cruz, através do Setor de Captação, disse que a administração da instituição de saúde vai trabalhar para que toda a obra fique dentro do valor da emenda, que é de R$ 1,3 milhão.